

A ÁREA DE ENSINO DA CAPES E O NOVO MODELO AVALIAÇÃO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA PERIÓDICA: BREVE DESCRIÇÃO DO QUALIS AO NOVO MODELO DE AVALIAÇÃO

**THE TEACHING AREA OF CAPES BRAZIL AND THE NEW MODEL FOR
EVALUATING SCIENTIFIC JOURNAL OUTPUT: A BRIEF DESCRIPTION FROM
QUALIS TO THE NEW EVALUATION MODEL**

Ciências Humanas • 14/10/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/791958823](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/791958823)

José Matias dos Santos Filho¹

Samira Favez Kfoury²

Ana Mauriceia Castellani³

Flávia Pellissari Pomin Frutos⁴

RESUMO

O artigo analisa a trajetória histórica do sistema Qualis Periódicos da CAPES e as mudanças recentes para o novo modelo de avaliação da produção científica periódica, com enfoque na Área de Ensino (Área 46). O trabalho caracteriza-se como uma revisão bibliográfica de caráter descritivo-analítico, fundamentada em documentos técnicos da CAPES, na Ficha de Avaliação da Área de Ensino (2025) e em literatura sobre produção científica e bibliometria. A pesquisa demonstra que o modelo tradicional, baseado na classificação de periódicos em estratos de A1 a C e em métricas como fator de impacto e CiteScore, apresentava distorções decorrentes de limites percentuais rígidos e da desconsideração das especificidades das áreas. O novo modelo, vigente para o quadriênio 2025-2028, desloca o foco da avaliação do periódico para o artigo científico individual, combinando indicadores bibliométricos, altmétricos e qualitativos, além de valorizar a Ciência Aberta e o impacto social da produção. Conclui-se que essa transição representa um avanço para a Área de Ensino, pois permite reconhecer a excelência de artigos e produtos educacionais de alto impacto na prática pedagógica, equilibrando o rigor acadêmico com a aplicabilidade social e reduzindo as assimetrias regionais.

Palavras-chave: Qualis; Avaliação da produção científica; Área de Ensino; CAPES; Periódicos científicos.

ABSTRACT

This article analyzes the historical trajectory of CAPES's *Qualis Periódicos* system and the recent changes leading to the new evaluation model for scientific journal output, focusing on the Education Area (Area 46). The study is a descriptive-analytical literature review based on CAPES technical documents, the Education Area Evaluation Sheet (2025), and literature regarding

scientific output and bibliometrics. The research demonstrates that the traditional model—based on classifying journals into strata ranging from A1 to C and using metrics such as Impact Factor and CiteScore—exhibited distortions stemming from rigid percentage caps and a failure to account for field-specific characteristics. The new model, in effect for the 2025–2028 four-year cycle, shifts the evaluation focus from the journal to the individual scientific article; it combines bibliometric, altmetric, and qualitative indicators while valuing Open Science and the social impact of the research output. The study concludes that this transition represents an advancement for the Education Area, as it allows for the recognition of excellence in articles and educational products that have a high impact on pedagogical practice, thereby balancing academic rigor with social applicability and reducing regional disparities.

Keywords: Qualis; Scientific output evaluation; Education Area; CAPES; Scientific journals.

1. INTRODUÇÃO

A pós-graduação brasileira experimentou uma expansão sem precedentes a partir da década de 1970, consolidando-se como o principal pilar da pesquisa científica e tecnológica no país. Esse crescimento, impulsionado por políticas de Estado coordenadas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), demandou a criação de sistemas robustos de avaliação para garantir a qualidade e a relevância social dos programas *stricto sensu* (Delfino; Santos; Sousa, 2025; Borges, 2023; Vieira, 2017; Martins, 2009). Nesse cenário, a produção intelectual, especialmente aquela veiculada em periódicos científicos, tornou-se o principal indicador de desempenho acadêmico (Queiroz, 2023).

A Área de Ensino (Área 46 da CAPES) emerge como um campo de avaliação singular, caracterizado por uma profunda interdisciplinaridade e pela vinculação direta entre a teoria acadêmica e as práticas pedagógicas (Agostini; Massi, 2023). Diferente de áreas puramente teóricas, o Ensino opera em uma dupla modalidade, acadêmica e profissional, o que exige instrumentos de avaliação sensíveis tanto à produção de conhecimento original quanto ao desenvolvimento de produtos e processos educativos aplicáveis à realidade escolar.

O sistema Qualis, criado para classificar a qualidade dos veículos de divulgação científica, tem sido o eixo central dessa avaliação. Contudo, o modelo tradicional de classificação de periódicos enfrentou críticas severas ao longo das décadas, culminando em uma reforma estrutural profunda prevista para o ciclo de 2025. Este novo modelo desloca o foco do periódico para o artigo individual, buscando uma análise mais granular e justa da produção científica (Boas; Campos; Amaro, 2021).

O objetivo deste artigo é analisar brevemente as características da trajetória histórica do Qualis Periódicos, enfocando as mudanças recentes para um novo modelo de avaliação da produção intelectual dos programas de pós-graduação, com enfoque na área de Ensino, analisando as orientações da Ficha de Avaliação da Área de Ensino (CAPES, 2025). A estrutura do trabalho compreende uma revisão da literatura sobre produção científica e bibliometria, uma análise comparativa entre os modelos de avaliação (antigo Qualis Periódico x novo modelo por área), e a partir desta análise, propor um *framework* prático para a avaliação de periódicos no campo do Ensino, alinhado às novas diretrizes da CAPES.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1. Produção Científica: Considerações Sobre Avaliação em Periódicos

O fortalecimento da ciência brasileira está intrinsecamente ligado à estruturação dos cursos de mestrado e doutorado. A partir dos anos 1970, o Brasil adotou um modelo de pós-graduação inspirado no sistema norte-americano, onde a pesquisa é indissociável da formação docente. Segundo Pires (2026) e Bizelli e Sene (2022), essa expansão gerou uma demanda crescente por canais de escoamento da produção intelectual, levando à criação dos primeiros programas de fomento a periódicos nacionais pelo CNPq e pela FINEP na década de 1980. Historicamente, a maioria das revistas científicas brasileiras nasceu vinculada a programas de pós-graduação ou sociedades científicas, o que reforça o papel do periódico como um bem público acadêmico.

Com o aumento do volume de publicações, tornou-se imperativo estabelecer critérios que diferenciassem a relevância e o rigor dos veículos. É fundamental distinguir, entretanto, as bases de indexação (como Scopus, Web of Science, SciELO e Google Scholar), que funcionam como repositórios e provedores de métricas, dos sistemas de avaliação como o Qualis, que atribuem valor administrativo e acadêmico a essas publicações no contexto da política científica nacional.

A avaliação da produção científica transcende a mera contagem de títulos; ela é o balizador para a alocação de recursos públicos e fomento à pesquisa. Tradicionalmente, essa avaliação ancorou-se em indicadores bibliométricos como o Fator de Impacto (JCR), o

CiteScore e o Índice h5. No entanto, autores como Casadevall et al. (2016) e Rocha e Silva (2009) alertam para os perigos do "fetichismo do fator de impacto", que muitas vezes ignora a qualidade intrínseca do artigo em favor do prestígio da revista. No Brasil, a Plataforma Sucupira centraliza essa coleta de dados, processando informações sobre a qualidade dos artigos, a regularidade da periodicidade, a composição do corpo editorial e a capacidade de difusão do conhecimento.

Perez (2020) acrescenta que o Qualis exerce influência decisiva não apenas sobre os programas de pós-graduação, mas também sobre a carreira dos pesquisadores e a própria possibilidade de desenvolvimento regional. A autora destaca que pesquisadores com produção em periódicos mais bem qualificados têm mais chances de obter bolsas de pesquisa e consolidar suas carreiras, criando um ciclo virtuoso que, no entanto, pode aprofundar desigualdades regionais quando os critérios de avaliação não consideram as especificidades locais.

2.2. A Qualidade Editorial e a Veiculação da Produção Científica Periódica

A avaliação de um periódico científico não se resume a um único critério, mas a um conjunto de indicadores que medem tanto o mérito (conteúdo) quanto o desempenho (forma). Essa visão é central nos textos analisados: a qualidade de uma revista é considerada global, ou seja, depende de como ela cuida simultaneamente do que publica e de como apresenta e faz circular essa produção.

Para compreender essa qualidade global, é necessário examinar os indicadores que compõem cada dimensão, organizados em quatro eixos: o mérito editorial, a forma e a normalização, a veiculação e a credibilidade.

A dimensão do conteúdo (mérito editorial), se refere a qualidade editorial começa pela qualidade dos artigos publicados. Avalia-se o nível científico dos textos, sua atualidade, o percentual de artigos originais e a identificação com a orientação temática da revista. Um periódico sério mantém coerência entre o que se propõe a publicar e o que de fato publica.

Também pesa aqui a qualidade do corpo editorial e dos consultores, a participação de membros da comunidade nacional e internacional confere legitimidade. O processo de avaliação por pares (*peer review*) estruturado é um dos indicadores mais importantes de credibilidade: a existência de um fluxo claro de submissão, avaliação preliminar pelo editor, revisão por especialistas e decisão editorial final demonstra rigor e transparência.

Outros elementos de mérito incluem a natureza do órgão publicador (preferencialmente instituições de ensino, pesquisa e sociedades científicas), a abrangência quanto à origem dos trabalhos (abertura para autores de diferentes níveis e países) e a difusão da revista.

A dimensão da forma (normalização e apresentação) indica a qualidade editorial também se expressa na normalização, o cumprimento rigoroso de normas técnicas (ABNT, Vancouver, APA, entre outras). Aspectos como capa, folha de rosto, legenda bibliográfica, ISSN válido e ativo, sumário, resumos em dois idiomas,

palavras-chave; referências uniformizadas e instruções claras aos autores são verificados.

A regularidade de publicação e a periodicidade são critérios obrigatórios: uma revista que aparece pontualmente conforme o calendário estabelecido demonstra organização e compromisso. O tempo de existência também valoriza o periódico, assim como a qualidade da apresentação gráfica.

A dimensão da veiculação (indexação e visibilidade), é a veiculação da produção científica propriamente dita, que é medida principalmente pela indexação em bases de dados nacionais e internacionais. Quanto maior o número de bases em que a revista está indexada, maior sua valorização, produtividade e difusão indireta. A indexação funciona como um selo de qualidade: as bases possuem critérios próprios e filtros rigorosos para aceitar um periódico.

Os indicadores de avaliação mais conhecidos são o Qualis-CAPES (que classifica as revistas de A1 a C), o SCImago Journal Rank (SJR), o CiteScore e o Journal Citation Reports (JCR). Essas métricas consideram impacto na área, qualidade editorial e rigor científico.

Por fim, a credibilidade como critério transversal, demonstra que a credibilidade não se define apenas pela visibilidade, mas por um conjunto de critérios institucionais e editoriais que asseguram qualidade, rastreabilidade e confiabilidade. Elementos como ISSN válido, registro DOI dos artigos, identificação institucional pública e informações acessíveis sobre indexação são fundamentais.

A ausência desses dados compromete a transparência e dificulta a verificação da regularidade do periódico. Por isso, nenhum indicador

isolado deve ser considerado de forma absoluta, a avaliação deve ser contextual e baseada em múltiplos critérios, combinando conteúdo, forma e veiculação.

2.3. Modelo Qualis Periódicos

O Qualis surgiu entre 1996 e 1997, após consultas a especialistas estrangeiros, sendo oficializado em 1998. Em sua primeira fase, utilizava as categorias A (internacional), B (nacional) e C (local). Em 2008, o sistema foi refinado para os estratos A1, A2, B1, B2, B3, B4, B5 e C, modelo que perdurou com ajustes até 2024. A partir de 2019, introduziu-se o conceito de Qualis Referência, buscando uma classificação única por periódico baseada em sua "área-mãe".

As regras de distribuição eram rígidas: a soma de A1 e A2 não poderia ultrapassar 25% dos periódicos da área, e a soma de A1, A2 e B1 deveria ser inferior a 50%. Tais limites geravam distorções, pois periódicos de alta qualidade eram frequentemente rebaixados apenas para cumprir quotas estatísticas.

Perez (2020) analisa as controvérsias em torno do chamado "Qualis Referência" ou "Qualis vazado", documento divulgado informalmente em 2019 que simulava a classificação única dos periódicos. A autora relata que, no caso das Ciências Humanas, o Grupo de Trabalho Qualis de Humanidades recomendou que a classificação se baseasse em indexadores como CiteScore (Scopus), Fator de Impacto (JCR/Web of Science) e índice h (Google Scholar), utilizados de forma isolada ou combinada. Em julho de 2020, o Conselho Técnico-Científico da Educação Superior (CTC-ES) aprovou o modelo do Qualis Referência, estabelecendo que as áreas do Colégio de Humanidades, do Ensino e da Saúde Coletiva seriam

avaliadas principalmente pelo índice h, com possibilidade de ajustes de até 20% dos estratos em um nível e até 10% em dois níveis.

No entanto, Perez (2020) documenta que essa decisão foi revertida na 198ª reunião ordinária do CTC-ES, em setembro de 2020, que deliberou que os periódicos de humanidades não seriam mais subdivididos por idioma e origem da publicação. Essa reviravolta gerou forte reação da comunidade acadêmica, com o Colégio de Humanidades enviando carta ao presidente da CAPES solicitando a revogação das deliberações. A autora aponta que a falta de definição sobre o Qualis que valeria para a próxima avaliação já gerava efeitos negativos, como a influência do "Qualis vazado" na escolha dos periódicos pelos pesquisadores.

2.4. A Área 46 na CAPES: Origem, Consolidação e Identidade

A Área 46 da CAPES, hoje denominada "Ensino", tem uma trajetória singular que a distingue das demais áreas de avaliação. Agostini e Massi (2023), utilizando a teoria dos campos de Pierre Bourdieu, reconstituem a gênese social e estratégica dessa área, demonstrando como ela se constituiu como um espaço institucionalizado no campo acadêmico-científico brasileiro.

A área foi criada no ano 2000 com o nome de "Ensino de Ciências e Matemática" (ECM), atendendo a uma demanda histórica de pesquisadores que atuavam nas interfaces entre educação científica e prática pedagógica. Inicialmente com apenas seis programas de pós-graduação, a área experimentou um crescimento explosivo: saltou para 182 programas em 2022, registrando a maior taxa de crescimento entre todas as áreas da CAPES.

Um momento crítico na história da área ocorreu em 2011, quando a CAPES promoveu uma reestruturação que transformou o "Ensino de Ciências e Matemática" em "Ensino", ampliando significativamente seu escopo. Agostini e Massi (2023) documentam que essa mudança gerou forte resistência por parte dos pesquisadores originais da ECM, que a perceberam como uma imposição arbitrária, descrita por uma das entrevistadas como "autocrática, um verdadeiro golpe". A expansão da área incorporou subáreas como Ensino de Línguas, Ensino de Direito, Ensino de Saúde e Ensino de Artes, diluindo a identidade original fortemente vinculada às ciências exatas e naturais.

As autoras destacam que o Mestrado Profissional (MP) teve papel central na configuração da área. Diferentemente de outras áreas onde o MP é periférico, no Ensino ele se tornou o motor do crescimento e da identidade da área. A pesquisa translacional, que busca aplicar diretamente os resultados acadêmicos na prática educacional, tornou-se a marca distintiva da Área 46. Programas como PROEB, PROFMAT, PROFEPT e a proposta de criação do PROFENSINO ilustram essa vocação aplicada.

A busca por autonomia e reconhecimento dentro do sistema CAPES é outro tema central. Agostini e Massi (2023) mostram que a área sempre lutou para afirmar sua identidade diante de áreas vizinhas como Educação e Educação Física. Os Seminários de Acompanhamento de Meio Termo, realizados a partir de 2013, foram espaços cruciais para essa afirmação, onde se discutiu a criação de redes nacionais de programas profissionais e a consolidação de critérios de avaliação específicos.

2.5. O Novo Qualis Periódicos: Diretrizes, Impactos e Resistências

A transição para o novo modelo de Qualis, iniciada com as discussões do Qualis Referência em 2019 e consolidada nas diretrizes para o quadriênio 2025-2028, representa uma mudança de paradigma na avaliação da produção científica brasileira. Perez (2020) oferece uma análise detalhada das controvérsias que marcaram esse processo, identificando três grandes eixos de preocupação.

O primeiro eixo diz respeito aos impactos sobre os periódicos brasileiros. A autora alerta que a adoção da mesma métrica para classificar periódicos nacionais e internacionais, prejudicaria severamente as revistas brasileiras, cujos índices de citação são naturalmente menores que os de grandes periódicos estrangeiros. Isso poderia tornar as revistas brasileiras pouco atraentes para os pesquisadores, que passariam a submeter seus trabalhos a periódicos internacionais, redirecionando suas linhas de investigação de acordo com os interesses editoriais estrangeiros em detrimento das questões locais.

O segundo eixo envolve os impactos sobre a carreira dos pesquisadores. Perez (2020) argumenta que a competição com pesquisadores de todo o mundo agravaria o excesso de trabalho dos pesquisadores brasileiros, que já acumulam funções de ensino, extensão e gestão. Além disso, a qualificação maior das revistas estrangeiras privilegiaria autores e programas já inseridos internacionalmente, comprometendo aqueles com menos recursos e maior dificuldade de internacionalização.

O terceiro eixo, que a autora considera o mais grave, é o acirramento das desigualdades regionais. Pesquisadores e programas situados em universidades periféricas já enfrentam resistência à publicação

de estudos de caso e temas regionais. Com o novo Qualis, essas pesquisas teriam ainda menos espaço em periódicos bem avaliados, prejudicando as notas dos programas de pós-graduação dessas regiões. Perez (2020) denuncia que "os projetos políticos que defendem a redução do investimento estatal acabam prejudicando aqueles grupos e instituições que já são mais pobres e assim alimentam os ciclos das desigualdades".

Quadro 1. O modelo Qualis Periódicos x Novo Modelo 2025 (Área Ensino)

Aspecto	Modelo Antigo (até 2024)	Novo Modelo (2025 em diante)
Unidade de análise	Periódico científico	Artigo científico individual
Classificação	Estratos A1 a C (8 níveis)	Três procedimentos combináveis
Métricas principais	Fator de Impacto, CiteScore, h5	Bibliométricas + altmétricas + qualitativas
Periodicidade	Quadrienal	Quadriênio 2025-2028
Limites percentuais	$A1+A2 \leq 25\%$, $A1+A2+B1 \leq 50\%$	Sem limites percentuais rígidos
Classificação por área	Área-mãe (única)	Por área do conhecimento (flexível)
Foco	Prestígio do veículo	Contribuição e impacto do artigo

Fonte: elaborado a partir do Documento de Área Ensino + Ficha Avaliação 2025.

As resistências ao novo modelo foram organizadas e articuladas. O Colégio de Humanidades, em carta de outubro de 2020, solicitou a revogação das deliberações do CTC-ES e o restabelecimento do modelo QR3, que permitia subdivisões por idioma e origem dos periódicos. A ANPOCS e o Fórum de Ciências Humanas e Sociais (FCHSSALA) promoveram debates e ações para garantir um modelo de classificação baseado nas especificidades de cada área.

2.6. As Quatro Dimensões da Qualidade e o Novo Qualis 2025

Trzesniak (2006) propôs quatro dimensões de qualidade para periódicos científicos: técnico-normativa (normas e indexação), finalidade do produto (conteúdo e *peer review*), processo produtivo (gestão editorial) e qualidade de mercado (citações). No novo Qualis 2025, a dimensão finalidade do produto torna-se o coração do sistema, pois a análise qualitativa do artigo (Procedimento 3) sobrepõe-se ao rótulo da revista. A dimensão de mercado é expandida para incluir a altmetria (downloads e redes sociais), enquanto a dimensão técnico-normativa passa a ser vista como um pré-requisito básico, e não mais um diferencial de excelência.

Quanto a relação entre os critérios de qualidade e as dimensões do novo Qualis, se observa que a qualidade dos artigos agora vincula-se diretamente à finalidade do produto e ao impacto teórico. A periodicidade e a indexação permanecem na esfera técnico-normativa, garantindo a rastreabilidade. O corpo editorial e a diversidade de autores reforçam a qualidade do processo produtivo. Notadamente, o acesso aberto ganha relevância como critério qualitativo no Procedimento 2, pois amplia a democratização do conhecimento, um valor central para a Área de Ensino.

Perez (2020) acrescenta uma camada crítica a essa discussão ao demonstrar que, para as Ciências Humanas e para a Área de Ensino, a utilização de métricas bibliométricas uniformes desconsidera as especificidades desses campos do conhecimento. A autora defende que a avaliação dos periódicos deve refletir as características de cada área, incluindo a possibilidade de subdivisões por idioma e origem das publicações, sob pena de aprofundar desigualdades regionais e comprometer a diversidade temática da pesquisa brasileira.

O que podemos dizer sobre como cada item da qualidade de um periódico se relaciona com as dimensões propostas pelo novo Qualis de 2025, é que a qualidade dos artigos agora vincula-se diretamente à finalidade do produto e ao impacto teórico. A periodicidade e a indexação permanecem na esfera técnico-normativa, garantindo a rastreabilidade. O corpo editorial e a diversidade de autores reforçam a qualidade do processo produtivo. Notadamente, o acesso aberto ganha relevância como critério qualitativo no Procedimento 2, pois amplia a democratização do conhecimento, um valor central para a Área de Ensino.

3. METODOLOGIA

O presente trabalho constitui-se como uma revisão bibliográfica de caráter descritivo-analítico. O *corpus* documental incluiu publicações com descrição do histórico da expansão da Pós-graduação Stricto Senso no Brasil, documentos técnicos da CAPES, análises da FAPESP e do sistema SciELO, além da Ficha de Avaliação da Área de Ensino (2025). A análise foi conduzida por meio de leitura crítica e síntese integrativa, buscando alinhar os conceitos teóricos de qualidade editorial às novas exigências administrativas do quadriênio 2025-2028. A fundamentação baseou-se na evolução

histórica do sistema e na necessidade de superação dos modelos puramente bibliométricos.

Neste trabalho a organização dos documentos que foram analisados foi feita com auxílio do ChatGPT (OpenAI, versão GPT-4o, acessado em julho de 2026). A ferramenta foi usada exclusivamente para comparar o padrão de avaliação periódica do Qualis CAPES utilizado até 2024, com o padrão do novo modelo de avaliação periódica a ser utilizado no quadriênio 2025-2028. O conteúdo, a argumentação e as conclusões são de responsabilidade exclusiva dos autores.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

As transformações do Qualis respondem a críticas históricas sobre a "ditadura dos indicadores". O caso dos Anais da Academia Brasileira de Ciências ilustra como periódicos multidisciplinares eram prejudicados por classificações divergentes entre áreas. O modelo de 2025 busca mitigar a indução comportamental, onde o pesquisador priorizava o "estrato" em detrimento da "audiência" correta para seu trabalho. Para a Área de Ensino, isso representa uma oportunidade de valorizar artigos que, embora publicados em revistas de menor impacto global, possuem alto impacto transformador na educação básica brasileira. A tentativa de compreender como se dá a avaliação da produção na área de Ensino, vamos olhar a Ficha de Avaliação da Área de Ensino (2025), que se organiza em três quesitos fundamentais:

- **Quesito 1 — Programa (40%):** Foca na estrutura e planejamento. Destacam-se a articulação das linhas de pesquisa (1.1) e o perfil do corpo docente (1.2). A autoavaliação (1.4) ganha peso como ferramenta de gestão estratégica.

- **Quesito 2 — Formação (35%):** É o núcleo acadêmico. Avalia a qualidade das teses e dissertações (2.1) e a produção intelectual (2.2 e 2.4). O item 2.4.2 é crucial, pois quantifica a produção em estratos superiores (A1-A4), enquanto o 2.4.3 valoriza a Produção Técnica-Tecnológica (PTT), essencial para os mestrados profissionais.
- **Quesito 3 — Impacto na Sociedade (25%):** Avalia o caráter inovador (3.1) e o impacto social (3.2). A internacionalização e a visibilidade (3.3) são medidas não apenas por parcerias externas, mas pela inserção regional e presença no EduCapes.

Ao analisarmos a relação entre a Ficha de Avaliação e o novo Qualis 2025, a convergência é clara: a Ficha de Ensino já valorizava a análise qualitativa da produção (item 2.4.1) e o impacto social (3.2), elementos que agora são pilares do Qualis 2025. A transição para uma avaliação focada no artigo permite que a Área de Ensino reconheça a excelência de produtos educacionais e artigos de intervenção pedagógica que antes poderiam ser subestimados por métricas puramente internacionais.

Diante do cenário analisado, a avaliação de periódicos científicos na Área de Ensino (Área 46 da CAPES) exige um instrumento que capture as particularidades deste campo do conhecimento. Diferentemente de áreas que se baseiam quase exclusivamente em métricas bibliométricas internacionais, o Ensino demanda uma abordagem multidimensional, capaz de equilibrar o rigor acadêmico com a relevância social e a aplicabilidade pedagógica, valores centrais tanto para a modalidade acadêmica quanto para a profissional.

O framework aqui proposto fundamenta-se em três pilares: as quatro dimensões da qualidade de periódicos científicos de Trzesniak (2006), a Ficha de Avaliação da Área de Ensino (CAPES, 2025) e as diretrizes do novo Qualis 2025, que desloca o foco do periódico para o artigo individual. A integração dessas referências resulta em um instrumento organizado em cinco dimensões, com pontuação total de 100 pontos.

- A primeira dimensão — Técnico-Normativa (20 pontos) — abrange os requisitos estruturais básicos: normalização (ABNT, ISSN, DOI), periodicidade regular (mínimo semestral), indexação em bases como SciELO, Latindex e LILACS, e disponibilidade digital. Esses critérios funcionam como pré-requisitos de confiabilidade, mas não são mais diferenciais de excelência no novo modelo avaliativo.
- A segunda dimensão — Finalidade do Produto e Conteúdo (30 pontos) — é o núcleo da avaliação. Foca na qualidade e originalidade dos artigos, na coerência com a linha editorial, na diversidade institucional dos autores e na pluralidade temática dentro do campo do Ensino. Esta dimensão ganha centralidade com o novo Qualis 2025, que prioriza a análise qualitativa do artigo (Procedimento 3) sobre o prestígio do veículo.
- A terceira dimensão — Processo Produtivo (25 pontos) — avalia a gestão editorial: qualificação do Conselho Editorial (verificada via Lattes/CNPq), composição diversa (mínimo de 70% de instituições distintas da editora), corpo de pareceristas ad hoc qualificado, procedimento claro de revisão por pares, transparência do fluxo editorial e financiamento por agência

externa. Uma gestão editorial robusta é condição para a credibilidade do periódico.

- A quarta dimensão — Qualidade de Mercado e Impacto (25 pontos) — incorpora as métricas tradicionais e as novas alométricas: citações recebidas (média nos últimos dois anos), downloads e acessos, menções em redes acadêmicas (ResearchGate, Academia.edu), relevância nacional e internacional, e presença em rankings externos. Esta dimensão reflete a transformação do Qualis 2025, que expande o conceito de impacto para além do Fator de Impacto.
- A quinta dimensão — Produção Técnico-Tecnológica (PTT) — é um diferencial da Área de Ensino, especialmente relevante para programas profissionais. Avalia se o periódico publica artigos que geram produtos educacionais concretos (sequências didáticas, softwares, guias, materiais didáticos) e se esses produtos estão registrados no EduCapes, garantindo visibilidade e reuso pela comunidade.

A classificação final segue a escala: Nível A (85-100 pontos, excelência), Nível B (70-84, bom), Nível C (50-69, regular) e Nível D (abaixo de 50, insuficiente). O framework deve ser aplicado por comitês de pares da área, com dados extraídos da Plataforma Sucupira, Currículo Lattes, bases de indexação e EduCapes, em ciclos quadrienais sincronizados com a avaliação da CAPES.

Com base na integração dos modelos analisados, propõe-se o seguinte instrumento:

Quadro 2. Representação Visual do Framework de Avaliação



Fonte: baseado em Trzesniak (2006); Ficha Ensino CAPES (2025);
Qualis 2025.

Este *framework* deve ser aplicado quadrienalmente por comitês de pares, utilizando dados da Sucupira e Lattes, servindo como bússola para os editores que buscam alinhar-se à nova Ficha de Avaliação da CAPES. Este instrumento não substitui a Ficha de Avaliação oficial, mas oferece uma ferramenta complementar para que editores, coordenadores de PPG e avaliadores possam diagnosticar a qualidade dos periódicos da área de forma sistemática, alinhada às novas diretrizes do Qualis 2025 e às especificidades do campo do Ensino.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Documento de Área da CAPES para a Área de Ensino (Área 46), vigente no ciclo 2025-2028, representa uma mudança paradigmática na forma como a produção científica periódica é avaliada no território brasileiro. Diferentemente dos modelos históricos que se concentravam primordialmente em critérios de mérito quanto ao conteúdo e de desempenho quanto à forma dos periódicos, o novo modelo desloca o foco da qualidade do veículo para a qualidade e o impacto da produção em si. Esta transição metodológica considera o contexto e a finalidade específica de cada

programa de pós-graduação, permitindo uma análise mais fidedigna da contribuição acadêmica para a área.

O documento estabelece que a produção intelectual deve estar rigorosamente alinhada à área de concentração, às linhas de pesquisa e aos projetos dos programas. Isso significa que a avaliação não é mais genérica ou padronizada, mas sim contextualizada, onde cada produção é julgada pela sua aderência ao projeto acadêmico do programa e pela sua relevância para a área de Ensino. Para os artigos científicos, o novo modelo adota uma abordagem em duas etapas distintas: primeiramente, realiza-se a análise por indicadores bibliométricos, que remetem diretamente aos sistemas Qualis, SJR, CiteScore e JCR; em seguida, procede-se à avaliação da qualidade e relevância do conteúdo, superando a mera contabilização quantitativa de publicações. Já os livros são avaliados qualitativamente, enquanto as produções técnicas, que constituem uma característica marcante da Área de Ensino, sobretudo na modalidade profissional, são julgadas por sua qualidade, impacto e aderência institucional.

Um ponto central e estruturante do novo modelo é a adesão institucional ao movimento de Ciência Aberta. A Área de Ensino valoriza explicitamente os periódicos de acesso aberto e as publicações que permitem a distribuição e a adaptação do conhecimento científico de forma ampla. Essa diretriz dialoga diretamente com a necessidade de consulta a diretórios e bases como o *DOAJ*, o Acordo Transformativo da CAPES e as políticas de autoarquivamento, a exemplo do *Sherpa Romeo* (2026) e do *Diadorim* (IBICT, 2026). Tais ferramentas deixam de ser apenas recomendações de boas práticas para se tornarem critérios

valorizados e pontuados dentro do processo de avaliação da produção intelectual.

O novo modelo introduz a avaliação de impacto em cinco dimensões qualitativas fundamentais: a produção científica e acadêmica; a formação de profissionais qualificados; a prática profissional; o desenvolvimento de produtos e processos educacionais; e a inserção na sociedade. Essa perspectiva amplia significativamente a noção tradicional de veiculação. Sob esta nova ótica, não basta ao pesquisador publicar em um periódico bem avaliado nos índices internacionais; é imperativo demonstrar que a produção gera impacto real e mensurável na prática educacional e na sociedade brasileira, consolidando o compromisso social da pesquisa em Ensino.

O documento redefine o conceito de excelência como uma grandeza multidimensional, atribuída aos programas que alcançam as notas 6 e 7. Estes são avaliados em quatro categorias integradas: a formação, que tange à capacidade de formar recursos humanos de alto nível, sobretudo doutores; o impacto da produção intelectual e social; a liderança, nucleação e solidariedade institucional; e o padrão de cooperação internacional. A excelência, portanto, deixa de ser um reflexo apenas da produção bibliográfica para se tornar um indicador da robustez institucional e da capacidade de influência global do programa.

Assim, o novo modelo de avaliação da Área de Ensino da CAPES representa um avanço substancial em relação aos critérios históricos de qualidade editorial. Se em ciclos anteriores a preocupação central era garantir que os periódicos cumprissem normas técnicas e possuissem mérito intrínseco, agora a avaliação se volta para a

produção em si, seu impacto e sua aderência aos projetos dos programas, sempre em diálogo com a Ciência Aberta e com a redução de assimetrias regionais. A síntese possível é que o novo modelo não abandona os critérios editoriais de qualidade, como mérito e forma, mas os supera e integra a uma visão mais ampla. Nesse cenário, a credibilidade de um periódico continua sendo um fator de relevância, porém figura apenas como um dos elementos de um julgamento contextual, multidimensional e orientado ao impacto social da ciência.

Portanto, a evolução do Qualis reflete o amadurecimento da ciência brasileira. A transição para o modelo 2025, embora desafiadora, promete reduzir as distorções causadas por quotas percentuais e valorizar a contribuição real de cada artigo. Para a Área de Ensino, a nova Ficha de Avaliação e o Qualis centrado no artigo fortalecem a identidade do campo, equilibrando o rigor acadêmico com a necessária aplicabilidade social. O sucesso deste novo paradigma dependerá da transparência das comissões e do treinamento contínuo dos avaliadores para operar critérios qualitativos e altmétricos com equidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGOSTINI, Gabriela; MASSI, Luciana. A área 46 na CAPES: origem, mudanças e consolidação como “ensino” no campo acadêmico-científico. **Investigações em Ensino de Ciências**, v. 28, n. 2, p. 65-91, 2023.

BIZELLI, José Luís; SENE, Laís Zaccaro. Sistema de avaliação de periódicos no Brasil: impactos da evolução dos critérios do Qualis-

periódicos da Área de Educação. **Práxis Educacional**, v. 18, n. 49, p. e9388-e9388, 2022.

BOAS, Raphael Faria; CAMPOS, Fhillipe de Freitas; AMARO, Bianca. Análise dos critérios formais de qualidade editorial: a política de classificação de periódicos científicos a partir do Qualis Periódicos. **Informação & Informação**, v. 26, n. 1, p. 28-52, 2021.

BORGES, Luís Fabiano Farias et al. **Avaliação da pós-graduação stricto sensu no Brasil: histórico, procedimentos e conceitos**. Relatório Técnico DAV, n. 7, 2023.

CAPES. **Documento de Área (Ensino)**. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Documento de área: área 46: Ensino. Brasília, DF: CAPES, 2024

CAPES. **Documento Referencial de Diretrizes Comuns**. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Diretrizes comuns da avaliação de permanência dos programas de pós-graduação stricto sensu: ciclo avaliativo 2025-2028: avaliação quadrienal 2029. Brasília, DF: CAPES, 2025

CAPES. **Ficha de Avaliação (Ensino) - Avaliação Quadrienal até 2024**. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Fichas de avaliação acadêmico e profissional: Ensino: área 46. Brasília, DF: CAPES, 2025

CAPES. **Portaria CAPES nº 109 BRASIL**. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Portaria nº 109, de 25 de abril de 2025. Disciplina o processo de Avaliação de Permanência dos Programas de Pós-Graduação stricto sensu no país. Brasília, DF: CAPES, 2025

CASADEVALL, A. et al. Impact factor and other metrics. **Journal of Clinical Investigation**, v. 126, n. 5, p. 1592-1593, 2016.

DELFINO, Luciano Dias; SANTOS, Simone Cabral Marinho; SOUSA, José Raul. A pós-graduação stricto sensu no brasil: um breve relato da historicidade ao processo de transformações no ensino brasileiro. **Humanidades & Inovação**, v. 12, n. 4, p. 186-200, 2025.

DIADORIM. **O que é Diadorim?** Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia IBICT, 2026. Disponível em: <https://diadorim.ibict.br/vufind/Sobre/Home>. Acesso em: 7 ago. 2026.

MARTINS, Carlos Benedito. A reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil. **Educação & Sociedade**, v. 30, n. 106, p. 15–35, jan. 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302009000100002>. Acesso em: 7 ago. 2026.

PEREZ, Olivia Cristina. **O Novo Qualis Periódicos:** Possíveis diretrizes, impactos e resistências. *Novos Debates*, v. 6, n. 1-2, 2020.

PIRES, Gabriel Targino Martins. **O ensino superior no Brasil:** do império aos dias atuais, com ênfase comparativa entre os modelos da USP e do Mackenzie. 2026. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2026. Disponível em: <https://dspace.mackenzie.br/items/4d118524-b074-4c89-84b7-13b8d6c2cb52>. Acesso em: 7 ago. 2026.

QUEIROZ, Andressa Franceschi. Breve histórico da Pós-Graduação no Brasil: Implicações para uma lógica de produtividade. **Ciência & Trópico**, [S. l.], v. 47, n. 2, 2023. DOI: 10.33148/CETROPv47n2(2023)art3.

Disponível em: <https://periodicos.fundaj.gov.br/CIC/article/view/2208>.

Acesso em: 28 jul. 2026.

ROCHA E SILVA, M. O novo Qualis, que não tem nada a ver com a ciência do Brasil. **Clinics**, v. 64, n. 8, p. 721-724, 2009.

SHERPA/RoMEO. [Sherpa Romeo recurso online]. **Revista Áudio e Base de dados**, Campinas, SP, v. 1, p. ID32, 2024. Disponível em: <https://econtents.sbu.unicamp.br/pas/index.php/jad/article/view/298>.

Acesso em: 7 ago. 2026.

TRZESNIAK, Piotr. As dimensões da qualidade dos periódicos científicos e sua presença em um instrumento da área da educação. **Revista Brasileira de Educação**, v. 11, n. 32, p. 346-357, maio/ago. 2006.

VIEIRA, Danilo Jorge. **Evolução do ensino superior brasileiro em período recente:** novas perspectivas para o desenvolvimento regional? Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/9032>. Acesso em: 7 ago. 2026.

¹ Pós-doutorado em Metodologias para o Ensino de Linguagens e suas Tecnologias. Universidade

Pitágoras Unopar Anhanguera – UNOPAR.

² Doutorado em Comunicação Social. Docente do Programa Stricto Senso em Ensino. Universidade Pitágoras Unopar Anhanguera – UNOPAR.

³ Doutorado em Química. Docente do Programa Stricto Sensu em Ensino. Universidade Pitágoras Unopar Anhanguera – UNOPAR.

⁴ Doutoranda em Metodologias para o Ensino de Linguagens e suas Tecnologias. Universidade

Pitágoras Unopar Anhanguera – UNOPAR.